Estratégia
CONCURSOS

11 Dias de Simulados Abertos

TRF3

Direito Processual Civil

Simulado Especial
Direito Processual Civil

TRF 3ª REGIÃO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO ESPECIAL

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF3;

*2 – A prova contém **15 questões** que abordam temas de Direito Processual Civil cobrados nos últimos editais dos concursos;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Ricardo Torques com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*6 – **A partir das 19h, o Prof. Ricardo Torques iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.*

9 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-TRF3-27-10

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01. Acerca dos procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) Não é admitida a citação por edital na ação monitória.

b) A ação de exigir contas se divide em duas fases: ajuizamento da demanda e decisória. Quanto ao ajuizamento, da decisão de admite a rescisória o recurso cabível será a apelação ao passo que a decisão que inadmite a ação de exigir contas é recorrível mediante agravo de instrumento.

c) É correta a decisão do juízo que expede, sem oitiva do réu, a expedição de mandado liminar de reintegração quando a ação for ajuizada contra sociedade de economia mista, desde que devidamente instruída.

d) O direito à anulação de partilha amigável extingue-se em três anos.

e) A remessa necessária não tem aplicação no procedimento da ação monitória.

02. Acerca das normas fundamentais do processo civil previstas na Lei 13.105/2015, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

b) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

c) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

d) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

e) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo no caso de se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

03. Assinale a alternativa correta acerca do procedimento de cumprimento de sentença previsto no Código de Processo Civil.

a) O prazo para o cumprimento voluntário de sentença deverá ser computado em dias úteis.

b) Em se tratando de cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, bem como no cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa, o juiz deverá aguardar a provocação do interessado, não podendo agir de ofício. Já no caso de cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou não, o juiz poderá promover a efetivação da tutela de ofício ou mediante provocação.

c) A execução de alimentos, seja ela de natureza provisória ou definitiva, será realizada obrigatoriamente nos mesmos autos, a fim de garantir maior celeridade.

d) No caso de cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa contra a fazenda pública, não havendo o pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

e) Na impugnação ao cumprimento de sentença, o executado poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

04. Considere as seguintes assertivas:

I. O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade, bem como ao réu preso revel e ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

II. Pratica ato atentatório contra a dignidade da justiça aquele que praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

III. Não cabe a aplicação de multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça apenas em relação aos advogados públicos, aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público.

IV. Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

Nos termos do Código de Processo Civil, estão corretas as assertivas:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e IV.

c) I e II.

d) III e IV.

e) I, II e III.

05. Considere a seguinte situação hipotética: em determinada vara cível do TRF da 3ª Região tramitam os processos A e B, conexos entre si, sendo certo que o processo B foi sentenciado em 23/10/2019. No dia 25/10/2019, o Ministério Público se manifestou nos autos do processo A, requerendo a reunião dos conexos em virtude da conexão. Nesse caso, o juiz:

a) deverá deferir o pedido, uma vez que o Ministério Público tem legitimidade para alegar a incompetência relativa nas causas em que atuar, bem como existe conexão no caso hipotético.

b) deverá indeferir o pedido, uma vez que ao Ministério Público é vedado alegar a incompetência relativa nas causas em que atuar.

c) deverá deferir o pedido, uma vez que a conexão é matéria de competência absoluta, sendo obrigatória a reunião dos processos, sob pena de nulidade.

d) deverá indeferir o pedido pois, ainda que o Ministério Público tenha legitimidade para alegar a incompetência relativa, como é o caso da conexão, os processos não serão reunidos, uma vez que o processo B já foi sentenciado.

e) deverá indeferir o pedido pois, ainda que o Ministério Público tenha legitimidade para alegar a incompetência absoluta, como é o caso da conexão, os processos não serão reunidos, uma vez que o processo B já foi sentenciado.

06. Acerca das provas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro, de fato ou de direito, ou de coação.

b) A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando recair sobre direito indisponível da parte ou se tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

c) A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

d) A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional dependerá de sua conversão à forma impressa e da verificação de sua autenticidade, na forma da lei.

e) Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.

07. Em determinada Vara Cível do TRF da 3ª Região tramita um processo em que o Município de São Paulo foi condenado a pagar quantia no montante de 600 salários-mínimos. Consta, ainda, que a sentença foi fundada em acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso repetitivo que envolve caso semelhante. Verificando que, a apelação não foi interposta no prazo legal, o juiz ordenou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça. Nesse caso, o juiz:

a) agiu incorretamente, uma vez que o município deveria ter interposto a apelação no prazo legal para que os autos fossem remetidos ao Tribunal de Justiça.

b) agiu corretamente, pois o valor da condenação supera 100 salários-mínimos.

c) agiu incorretamente, pois a sentença está fundada em acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça.

d) agiu corretamente, pois o valor da condenação supera 500 salários-mínimos.

e) agiu corretamente, pois a remessa necessária é obrigatória em todos os casos em que o poder público está envolvido.

08. Considere as seguintes assertivas sobre o litisconsórcio e a intervenção de terceiros:

I. O incidente de desconsideração é cabível na fase de conhecimento, não sendo admitido no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

II. A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

III. O amicus curiae pode interpor embargos de declaração e recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

IV. O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

V. Não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes houver sucumbido.

Tendo como base a legislação e jurisprudências pátrias, estão corretas as assertivas:

a) I, III e IV.

b) I, II, III, IV e V.

c) II, III, IV e V.

d) I, II e V

e) II, III, e V.

09. Em determinado processo que tramita em uma Vara Cível do TRF da 3ª Região, o magistrado intimou a parte Pedro para que prestasse esclarecimentos acerca de um documento juntado, não tendo estabelecido prazo. Intimado, o advogado de Pedro apresentou uma petição em quatro dias. O juiz ordenou a desvinculação do documento dos autos, sob o fundamento de excesso de prazo. Em outro processo, no qual o réu João é revel, o juiz deferiu ao autor Marcos a produção de prova testemunhal. Nesse momento, antes do início da instrução, João apresentou pedido afirmando que também deseja indicar rol de testemunhas, o que foi aceito pelo juiz. Em relação a esses casos, o magistrado:

a) agiu incorretamente em relação a Pedro, uma vez que o prazo seria de 5 dias, e agiu incorretamente em relação a João.

b) agiu corretamente em relação a Pedro, uma vez que o prazo seria de 3 dias, bem como agiu corretamente em relação a João.

c) agiu incorretamente em relação a Pedro, uma vez que o prazo seria de 5 dias, mas agiu corretamente em relação a João.

d) agiu corretamente em relação a Pedro, uma vez que o prazo seria de 48 horas, mas agiu incorretamente em relação a João

e) agiu incorretamente relação a Pedro, uma vez que o prazo seria de 10 dias, bem como agiu incorretamente em relação a João.

10. Suponha que Maria ajuizou uma ação perante a 1º Vara Cível da Comarca de São Paulo. Na Petição Inicial, pleiteou unicamente tutela antecipada antecedente. O juiz, ao analisar os autos, concluiu que não haviam elementos suficientes para a concessão de tutela antecipada. Nesse caso, o magistrado:

a) deverá julgar extinto o processo sem resolução do mérito.

b) deverá determinar a emenda da petição inicial em até 5 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

c) deverá determinar a citação do réu para que apresente contestação no prazo legal.

d) deverá condenar o autor às penas de litigância de má-fé.

e) deverá determinar a emenda da petição inicial em até 15 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

11. Considerando a Lei nº 11.419/2006, que regulamentou a informatização do processo judicial no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta

a) Considera-se realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação. Essa consulta deve ser realizada em até 5 dias corridos da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

b) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 23:59 do seu último dia.

c) Os órgãos do Poder Judiciário deverão criar um cadastro único para o credenciamento prévio para o envio de petições, recursos e a prática de atos processuais.

d) A Lei 11.419/2006 se aplica, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

e) Em se tratando de atos processuais sujeitos a prazo, se o sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, será concedido o prazo de 48 horas para a prática do ato.

12. Considerando a legislação e jurisprudência pátrias, assinale a alternativa correta acerca da ação popular e do mandado de segurança:

a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

b) É inconstitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.

c) Na ação popular, o prazo para contestar será de 20 dias e é improrrogável.

d) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento de multa no valor de 10 vezes o salário mínimo.

e) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita exclusivamente com o título eleitoral.

13. Tramita na 1ª Vara Cível Federal da Comarca de São Paulo uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal. Em determinado momento, o Ministério Público Estadual se manifestou nos autos, requerendo o ingresso no processo como litisconsorte do Ministério Público Federal. Nesse caso:

a) por se tratar de ação civil pública, não será admitido o litisconsórcio entre Ministérios Públicos.

b) o Juiz deverá admitir a formação do litisconsórcio, que em regra terá natureza facultativa, desde que seja feita a demonstração de alguma razão específica que justifique a presença de ambos na lide.

c) é inadmissível a formação de litisconsórcio entre MPE e MPF nesse caso, uma vez que esses órgãos possuem atribuições diferentes.

d) o Juiz está obrigado a admitir a formação do litisconsórcio, uma vez que este é necessário.

e) o Juiz deverá admitir a formação do litisconsórcio, que em regra terá natureza facultativa, desde que o MP requeira sua entrada no processo até a apresentação da contestação pelo réu.

14. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca do Processo de Execução, assinale a alternativa correta:

a) A alienação em fraude à execução é nula em relação ao exequente.

b) Na execução de quantia certa em virtude de título executivo extrajudicial, o executado será citado para pagar a dívida no prazo de 15 dias.

c) Considera-se título executivo extrajudicial o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.

d) Em regra, é impenhorável a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 20 salários-mínimos.

e) Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de vinte por cento.

15. Em determinado Juizado Especial Federal tramita uma ação cível. Designada audiência de instrução e julgamento, o autor trouxe, sem requerimento prévio, 5 testemunhas para depor em seu favor. A oitiva foi indeferida pelo juiz. Nesse caso:

a) como não houve requerimento da parte com antecedência, a oitiva, de fato, não poderia ter sido deferida.

b) como não se admite a produção de prova testemunhal no âmbito dos juizados especiais, a oitiva, de fato, não poderia ter sido deferida.

c) a oitiva de todas as testemunhas devia ter sido deferida, uma vez que, nesse caso, poderiam ter sido admitidas até 10 testemunhas.

d) contra o indeferimento da produção de prova testemunhal caberá recurso de agravo de instrumento.

e) o juízo irá indeferir a oitiva de 2 testemunhas.

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-TRF3-27-10

Aulão Presencial TRF-3 (30/11)

Garanta seu ingresso!

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!